



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS – TJDF
Concurso Público — Remoção da Titularidade
(Aplicação: 18/8/2001)

TITULAR DE SERVIÇOS NOTARIAIS E DE REGISTRO

Nas questões de 1 a 50, marque, de acordo com o comando de cada uma delas: itens **CERTOS** na coluna C; itens **ERRADOS** na coluna E. Na Folha de Respostas, a marcação na coluna **SR** é facultativa e não contará para efeito de avaliação; servirá somente para caracterizar que o candidato desconhece a resposta correta. Use a Folha de Rascunho para as devidas marcações e, posteriormente, a **Folha de Respostas**.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 1

Julgue os itens abaixo, relativos a aspectos normativos no âmbito das serventias de notas e registros.

- 1 Por cuidar-se de serviço público prestado em regime privado e sob a forma de delegação, não se aplicam aos serviços cartorários extrajudiciais de notas e registros institutos do direito público tais como a possibilidade de isenção de emolumentos.
- 2 Não se aplica aos titulares de serventias de notas e registros a aposentadoria compulsória aos setenta anos de idade.
- 3 Em razão de a Constituição da República considerar gratuitos para os reconhecidamente pobres o registro civil de nascimento e a certidão de óbito, a lei não pode ampliar o alcance de tal garantia.
- 4 Muito embora a atual Constituição da República exija a aprovação em concurso público para a assunção da titularidade de serventia de notas e registros, aqueles que hajam alcançado, em data anterior, distintos requisitos então previstos para a efetivação como oficiais de notas e registros têm direito adquirido a tal titularidade, ainda que em vaga aberta somente em 2001.
- 5 O princípio da reserva legal e a competência constitucional do Poder Legislativo impedem a fixação de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro.

QUESTÃO 2

Com relação ao controle de constitucionalidade, julgue os itens que se seguem à luz da Constituição da República e da jurisprudência pertinente.

- 1 Para conhecer de ação direta de inconstitucionalidade proposta por confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional, o Supremo Tribunal Federal (STF) dispensa a pertinência temática entre as finalidades estatutárias daquelas entidades e o conteúdo material das normas impugnadas.
- 2 O modelo de controle de constitucionalidade brasileiro, por ser misto, admite plenamente que um juiz federal de primeira instância declare, com a eficácia *erga omnes* própria de decisões em ação civil pública, a inconstitucionalidade de determinada lei federal.
- 3 Caso expire o trintídio de eficácia de determinada medida provisória sem que haja sido julgada ação direta de inconstitucionalidade contra ela proposta, é inexorável a extinção da ação proposta e imprescindível, caso se pretenda impugnar a reedição sem alterações daquela medida provisória, a propositura de nova ação congênere.
- 4 A ação direta de inconstitucionalidade, por destinar-se a assegurar a higidez da ordem constitucional em vigor, não é cabível para aferir a legitimidade do direito pré-constitucional.
- 5 As decisões proferidas em ação direta de inconstitucionalidade não possuem efeito vinculante em decorrência da ausência de expressa previsão constitucional para tanto.

QUESTÃO 3

Acerca do processo legislativo e do controle de constitucionalidade, julgue os itens a seguir.

- 1 A inobservância de determinada regra do processo legislativo constitucional pode ser impugnada, durante a tramitação legislativa de determinada matéria, por meio de mandado de segurança impetrado por parlamentar cujas prerrogativas forem afetadas pela violação daquela regra.
- 2 A matéria constante em medida provisória rejeitada na sessão legislativa ordinária do Congresso Nacional pode ser reproduzida em nova medida provisória editada durante convocação extraordinária posterior do Congresso Nacional.
- 3 O processo legislativo em matéria tributária é de iniciativa exclusiva do chefe do Poder Executivo.
- 4 A exigência de que a declaração de inconstitucionalidade nos tribunais somente possa ser realizada por maioria absoluta não impede que o respectivo órgão especial a realize.
- 5 Em se tratando de norma já declarada inconstitucional pelo STF em ação direta de inconstitucionalidade, órgão fracionário de tribunal de justiça pode reconhecer a ilegitimidade daquela norma em razão da eliminação de sua presunção de constitucionalidade.

QUESTÃO 4

Determinada autarquia realizou, por meio de licitação, a contratação de serviços de natureza contínua. Em face dessa situação, julgue os itens abaixo, acerca da formalização e da execução dos contratos administrativos.

- 1 Caso tenha sido adjudicado o objeto de referida licitação ao licitante que apresentou a proposta de menor valor, e este não compareça para assinar o contrato, poderá a administração convocar os demais licitantes, por ordem de classificação, tendo como parâmetro a proposta do primeiro classificado.
- 2 Tratando-se de contrato cujo objeto seja a prestação de serviços contínuos, seu prazo de vigência poderá ser de até sessenta meses. Em situações excepcionais, poderá esse contrato ser adicionalmente prorrogado por até doze meses, desde que haja justificativa por parte da autoridade superior da entidade contratante, e seja obtido o consentimento do contratado.
- 3 Se, durante a execução do referido contrato, houver a necessidade de alteração do seu regime de execução, poderá a administração, unilateralmente, determinar essa modificação.
- 4 Se, durante a execução do contrato, a administração modificar o objeto desse contrato e isso alterar o equilíbrio entre os encargos do contratado e a retribuição devida pela administração, deverão ser revistas as cláusulas econômico-financeiras, de modo a ser mantido o equilíbrio contratual.
- 5 Caso se verifique vício na licitação, o contrato, ainda assim, não deverá ser anulado, desde que a prática do vício não possa ser imputável ao contratado, e desde que não haja sobrepreço.

QUESTÃO 5

Acerca do direito administrativo brasileiro, julgue os itens que se seguem.

- 1 Com vistas ao preenchimento de cargo de agente de polícia de determinado estado da federação, impôs-se no edital, como requisito à inscrição, altura mínima e idade máxima. Esses requisitos não irão, necessariamente, ofender o princípio constitucional da isonomia.
- 2 O exame da razoabilidade do ato diz respeito ao mérito desse ato. Conclui-se, portanto, que esse exame está adstrito à administração pública, que poderá, caso considere ato desarrazoado, revogá-lo.
- 3 Considere, por hipótese, que o presidente de determinada autarquia federal, após o devido processo legal, demitiu servidor que cometera infração funcional. Nessa hipótese, o ministro de Estado a que referida autarquia encontra-se vinculada poderá convalidar referido ato, haja vista presidente de autarquia não possuir competência para demitir servidor; nesse caso, o ato será considerado válido desde a sua convalidação.
- 4 Ato discricionário é aquele que o administrador poderá dispor de sua forma ou finalidade. A particularidade dessa categoria de ato é a impossibilidade de controle pelo Poder Judiciário.
- 5 O regime jurídico dos servidores federais confere à administração o poder de determinar a remoção de referidos servidores. Tendo certo servidor federal cometido infração funcional, poderá a administração determinar a sua remoção como forma de punição.

QUESTÃO 6

Julgue os itens a seguir.

- 1 De regra, a competência, entendida como a jurisdição para o caso específico, é atributo do órgão judicial, e não de seu agente.
- 2 Ordenada a citação do réu por juiz absolutamente incompetente, o ajuizamento posterior de nova ação, idêntica à primeira, não poderá ter seu prosseguimento obstado em razão da litispendência.
- 3 Em caso de impedimento do juiz, reconhecido de ofício ou alegado pela parte, a causa será remetida a outro órgão de igual competência, aproveitando-se os atos praticados pelo juiz impedido, desde que não tenham conteúdo decisório.
- 4 Proposta ação declaratória para reconhecimento e dissolução de sociedade de fato *post mortem*, movida pela mulher contra os herdeiros de seu falecido companheiro, ex-funcionário do Senado Federal, deverá a ação correr na justiça federal devido aos reflexos patrimoniais a serem suportados pela União em caso de procedência da ação, já que a autora passará a ser beneficiária de pensão previdenciária vitalícia, paga pelos cofres federais.
- 5 Proposta ação em uma das varas cíveis do DF contra o estado de São Paulo, pode o demandado argüir, em preliminar de contestação, a incompetência absoluta do juízo *ratione personae*, requerendo a remessa dos autos a uma das varas da fazenda pública do DF, foro privativo da fazenda pública.

QUESTÃO 7

Com base nos princípios gerais que informam o processo civil brasileiro, julgue os seguintes itens.

- 1 No direito processual civil, é adotado o sistema do impulso das partes, ou seja, deve o autor promover o andamento do processo em cada fase, sob pena de extinção do feito com base no abandono da causa. No processo penal, entretanto, em virtude da indisponibilidade que lhe é peculiar, o sistema adotado é o do impulso oficial.
- 2 Na esfera civil, o ordenamento brasileiro adota o princípio da demanda. Assim, não pode o juiz acolher o pedido para conferir ao autor acima daquilo que ele pediu: *ne eat iudex ultra petita partium*. Na esfera penal, entretanto, não vigora tal princípio, tendo em vista a indisponibilidade dos direitos em litígio, não estando o juiz adstrito à denúncia, podendo aplicar pena mais grave do que aquela pedida pelo Ministério Público — Código de Processo Penal (CPP), art. 383 — “O juiz poderá dar ao fato definição jurídica diversa da que constar da queixa ou da denúncia, ainda que, em conseqüência, tenha de aplicar pena mais grave.”
- 3 Na hipótese de improcedência do pedido, poderá o autor renová-lo, propondo idêntica ação, desde que fundado em novas alegações, não-deduzidas na ação anterior, e que, por isso, não estão acobertadas pela coisa julgada.
- 4 Havendo a lei deferido ao administrador o poder de aferir a conveniência ou oportunidade de ato administrativo, não se extrai do Poder Judiciário a possibilidade de investigá-lo sob o seu aspecto de legalidade, vedada, porém, ao juiz a substituição do critério do administrador pelo seu próprio critério.
- 5 Sempre que os interessados na realização de negócio jurídico pretenderem a intervenção judicial para garantir a sua legalidade, acobertando-o com a segurança da coisa julgada, poderão pleitear a sua homologação judicial, em procedimento de jurisdição voluntária.

QUESTÃO 8

Em cada um dos itens abaixo, é apresentada uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 1 Rubens alienou a Valdo um imóvel residencial de que era proprietário, recebendo a importância de R\$ 80.000,00. Por necessitar de dinheiro para adquirir um imóvel maior e tendo verificado que Valdo não tinha transcrito ainda a escritura de compra e venda no Cartório de Registro de Imóveis, Rubens vendeu o mesmo imóvel a Bento, recebendo a quantia de R\$ 65.000,00. Bento antecipou-se e conseguiu o registro da respectiva escritura. Nesse caso, Rubens responderá pelo crime de estelionato, na modalidade de disposição de coisa alheia como própria.
- 2 Pedro, ao sair de um estádio de futebol, encontrou na calçada uma carteira que continha talões de cheque, cartões de crédito e documentos pessoais. Em seguida, ele deslocou-se até um *shopping* e realizou várias compras de vestuário, efetuando os pagamentos com os cheques encontrados e falsificando a assinatura do correntista. Nesse caso, e de acordo com a orientação do Superior Tribunal de Justiça, Pedro responderá pelos crimes de estelionato, tipo básico, e falsidade de documento particular.
- 3 Executado pelo não-pagamento de uma nota promissória, Eduardo teve penhorado um imóvel residencial de sua propriedade. Por ter outras dívidas vencidas, resolveu alienar o imóvel penhorado a Beto — que desconhecia essa circunstância —, recebendo da transação a importância de R\$ 100.000,00. Nesse caso, Eduardo responderá pelo crime de estelionato, na modalidade de alienação ou oneração fraudulenta da coisa própria.
- 4 Um indivíduo, com o intuito de receber valor de indenização previsto em apólice de seguro, ocultou o veículo segurado em uma cidade do interior, comunicando à seguradora a ocorrência de um falso furto. Nesse caso, o indivíduo responderá pelo crime de estelionato, na modalidade de fraude para recebimento de indenização ou valor de seguro.
- 5 Tereza compareceu a uma loja de cosméticos e efetuou uma compra a vista, emitindo em pagamento um cheque no valor de R\$ 800,00, que, ao ser apresentado no banco sacado, foi devolvido por insuficiência de fundos. Ao por a cártula em circulação, Tereza tinha ciência de que sua conta-corrente estava deficitária. Instaurado inquérito policial, antes do oferecimento da denúncia, Tereza retornou à loja e efetuou o pagamento do cheque, resgatando-o. Nesse caso, e de acordo com a jurisprudência pátria, Tereza não responderá pelo crime de estelionato na modalidade de fraude no pagamento por meio de cheque.

QUESTÃO 9

Em cada um dos itens a seguir, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 1 Maria compareceu ao Cartório de Registro Civil e registrou como sendo seu o filho recém-nascido de sua empregada. Nesse caso, Maria responderá pelo crime de falsidade ideológica.
- 2 Um indivíduo, para evitar a identificação de cédulas de R\$ 100,00 que recebera como preço de resgate de um seqüestro, substituiu os números das respectivas estampas e séries, sem alterar o valor, bem como a numeração de cada exemplar. Nesse caso, o indivíduo praticou o crime de moeda falsa.
- 3 Ao receber para registro uma escritura de compra e venda, o oficial de um Cartório de Registro de Imóveis exigiu do interessado, como condição, o pagamento indevido de emolumentos não-previstos no regimento de custas. Nesse caso, o notário responderá pelo crime de excesso de exação.
- 4 Mário, chefe de repartição pública, tomou conhecimento que um funcionário subordinado à sua unidade, no final de semana, praticou um crime de furto no interior de um hipermercado. Mário, por indulgência, deixou de instaurar sindicância para responsabilizar o subordinado. Nesse caso, Mário praticou o crime de condescendência criminosa.
- 5 A fim de comprovar a sua idade para efetivar matrícula em um curso, um indivíduo fez uso de cópia falsificada, sem autenticação, de uma cédula de identidade. Nesse caso, por tratar-se de cópia sem autenticação, o indivíduo não responderá pelo crime de uso de documento falso.

QUESTÃO 10

Com relação ao imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA) e considerando que Carlos vendeu seu carro a Élton, tendo ambos pactuado que este pagaria àquele a quantia de R\$ 3.000,00 a título de arras, julgue os itens abaixo.

- 1 Mesmo que não haja no contrato cláusula expressa determinando o direito de arrependimento, esse direito é implícito na estipulação das arras, dado que o estabelecimento de um sinal implica a possibilidade de se desfazer o negócio, no caso de arrependimento. Nessa hipótese, se o arrependido for Élton, ele perderá as arras em proveito de Carlos, mas se o arrependido for Carlos, deverá ele restituir em dobro o sinal a Élton.
- 2 Caso Élton descubra, um mês após ter adquirido o carro, que o veículo possui um vício que reduz sensivelmente o valor do automóvel e que era desconhecido de Carlos, Élton não terá como reaver judicialmente o montante pago, devido à operação da decadência do direito de restituição por motivo de vício redibitório.
- 3 Considere a seguinte situação hipotética.

Assim que comprou o carro, Élton estabeleceu com a Seguradora Alfa S.A. um contrato de seguro, tendo como objeto o referido automóvel. Para reduzir o valor do prêmio, Élton afirmou à seguradora que o veículo destinava-se ao uso de sua mãe, já que o fato de a segurada ser uma mulher com mais de quarenta e cinco anos reduzia sensivelmente o valor a ser pago à seguradora.

Nesse caso, a falsidade das informações prestadas à Seguradora Alfa S.A. acarretaria a perda do direito de Élton a receber, ainda que parcialmente, o valor do seguro.
- 4 Se Élton tivesse tomado R\$ 20.000,00 emprestados de seu irmão Lúcio, oferecendo-lhe como garantia da dívida o carro adquirido de Carlos, e, embora permanecendo na posse do automóvel, Élton tivesse se comprometido a transferir para Lúcio a propriedade do carro caso a dívida não fosse paga na data prevista no contrato de mútuo, então Lúcio seria credor pignoratício de Élton e, portanto, teria direito real de garantia sobre o referido veículo.
- 5 Sendo o IPVA um imposto estadual, compete ao DF conceder, sempre por lei complementar, moratória em relação aos créditos tributários relativos ao IPVA incidente sobre a propriedade de automóveis registrados e licenciados nessa unidade da federação.

QUESTÃO 11

Cansado de andar com seu carro velho, Mauro decidiu vendê-lo e comprar um automóvel zero quilômetro. Como não tinha dinheiro suficiente para comprar o veículo que desejava, Mauro buscou um modo de pagar o bem de forma parcelada. Ao contatar a concessionária Beta, foi-lhe oferecida uma opção que ele julgou adequada: um contrato de arrendamento mercantil. Todavia, não se pôde realizar o *leasing* porque o Banco FM S.A., instituição financeira que participaria da operação, exigiu que Mauro apresentasse um fiador para a dívida. Mauro, então, optou pela realização de uma alienação fiduciária em garantia.

Considerando a situação hipotética descrita e a legislação pertinente, julgue os itens a seguir.

- 1 Caso o contrato de *leasing* houvesse sido realizado, a venda do carro não seria feita diretamente a Mauro, mas ao Banco FM, que alugaria o automóvel a Mauro por um prazo determinado. Somente após o decurso desse prazo, Mauro poderia tornar-se proprietário do bem.
- 2 Considerando que as operações de crédito são fatos geradores do imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários (IOF), seria correto afirmar que o contrato de arrendamento mercantil mencionado na situação em apreço é fato gerador desse tributo.
- 3 A fiança, tal como o depósito gratuito, é um ato jurídico unilateral.
- 4 Na alienação fiduciária em garantia, a venda do carro seria realizada entre a concessionária e Mauro, o qual, posteriormente, transferiria ao fiduciário o domínio resolúvel e a posse indireta do automóvel.
- 5 Nos contratos de alienação fiduciária em garantia, assim como nos contratos que instituem direito real de anticrese, é nula a cláusula que autoriza o credor a ficar com o bem na hipótese de a dívida não ser paga no seu vencimento.

QUESTÃO 12

Fernando, morador de Brasília, cansado de pagar aluguel, decidiu economizar para comprar uma casa própria. Como não tinha dinheiro suficiente para adquirir um imóvel residencial, Fernando pediu auxílio a Paulo, seu irmão germano, que nada lhe podia emprestar. Solicitou, então, ajuda a seu pai, Augusto, que é servidor público do estado do Rio de Janeiro, no qual reside. Augusto doou a seu filho um carro usado, que Fernando levou para Brasília, onde o vendeu por R\$ 20.000,00 e, somando esse dinheiro a suas economias, pôde comprar um apartamento.

Considerando a situação hipotética descrita, julgue os seguintes itens.

- 1 Enquanto estava na condição de locatário, Fernando detinha o domínio útil do imóvel objeto do contrato de locação de que era parte.
- 2 Sobre a doação feita por Augusto a seu filho pode incidir o imposto de transmissão *causa mortis* e doação (ITCD), desde que, a lei que instituir ITCD no Rio de Janeiro preveja a doação de bens móveis como fato gerador desse tributo.
- 3 A doação do carro de Augusto a Fernando implica adiantamento da legítima e, portanto, caso Fernando e Paulo sobrevivam a Augusto, o valor do automóvel doado deverá ser levado à colação quando do inventário judicial dos bens deixados por Augusto.
- 4 A quantia auferida por Fernando com a venda do carro não deve ser incluída na base de cálculo do imposto de renda devido por Fernando à União.
- 5 Considerando que Fernando tenha celebrado promessa de compra e venda em relação ao apartamento que pretendia adquirir e que, nesse contrato, houvesse cláusula dispondo que a parte que desistisse do negócio deveria pagar à outra a quantia de R\$ 10.000,00, seria correto afirmar que essa disposição não se trata de estipulação de arras, mas de constituição de uma cláusula penal.

QUESTÃO 13

Ricardo, proprietário da fazenda Água Bela, localizada no hipotético município Gama, em Tocantins, procurou o Banco da Produção S.A., na busca de um empréstimo para financiar uma plantação de baru, castanha típica do cerrado. O banco concedeu um empréstimo de R\$ 100.000,00 a Ricardo, que garantiu a dívida mediante hipoteca cédular instituída mediante cédula rural hipotecária que apontava como objeto do direito real de garantia um apartamento localizado em São Paulo, o qual Ricardo aluga para seu irmão Bartolomeu.

Todavia, apesar dos esforços de Ricardo, a plantação não vingou e ele perdeu tanto o dinheiro nela investido quanto o ânimo de continuar a exercer atividades agrícolas, o que o fez decidir colocar a fazenda à venda.

Procurou-lhe, então, Severo, cidadão argentino residente no Brasil com ânimo definitivo, que se interessou pelo negócio, mas gostaria de saber algumas informações específicas sobre a fazenda, especialmente sobre a constituição da reserva florestal legal.

Considerando a situação hipotética descrita, julgue os itens que se seguem.

- 1 A simples constituição da cédula rural hipotecária é suficiente para a instituição do direito real de hipoteca e, portanto, caso Ricardo não solva a dívida no prazo previsto no referido título, o Banco da Produção S.A. poderá executar o imóvel hipotecado, mesmo que a cédula não haja sido inscrita no registro de imóveis da circunscrição em que se localiza o apartamento hipotecado.
- 2 Se a fazenda Água Bela ocupasse 12% da superfície do município em que se situa, caso Ricardo vendesse a Severo esse imóvel, tal negócio jurídico seria nulo de pleno direito e Ricardo deveria restituir a Severo o preço pago pela fazenda, corrigido monetariamente.
- 3 Ao menos 50% da superfície da fazenda Água Bela deve constituir reserva florestal legal, reserva essa que deve ser averbada no registro de imóveis competente.
- 4 A propriedade da fazenda Água Bela é fato gerador do imposto sobre a propriedade territorial rural (ITR), tributo que, contrariamente ao que acontece com o imposto sobre produtos industrializados (IPI) e o IOF, somente pode ter suas alíquotas alteradas mediante lei.
- 5 Considere que, apesar de o valor venal da fazenda Água Bela ser de R\$ 350.000,00, na última declaração do imposto sobre renda ou provento de qualquer natureza (IR), Ricardo atribuiu a esse imóvel o valor de apenas R\$ 150.000,00. Nesse caso, se a fazenda fosse desapropriada por interesse social para fins de reforma agrária, o poder expropriante não seria obrigado a pagar mais de R\$ 150.000,00 como indenização pela desapropriação do bem.

QUESTÃO 14

Julgue os itens a seguir.

1 Considere a seguinte situação hipotética.

Gustavo, dono de um terreno de 20.000 m² localizado na área urbana de Belo Horizonte, decidiu desfazer-se do imóvel. Em um primeiro momento, ocorreu-lhe simplesmente vender o terreno, mas logo um amigo sugeriu-lhe que promovesse o parcelamento do solo, pois seria mais lucrativo vender o terreno em partes pequenas do que aliená-lo por inteiro. Dando início a esse empreendimento, ele demarcou uma série de lotes de 150 m² e construiu vias de acesso a todos eles. Além disso, reservou espaço para a construção de uma piscina e de quadras esportivas. Em seguida, Gustavo elaborou um projeto, determinando que cada lote seria uma área de domínio exclusivo do seu proprietário, enquanto as demais áreas seriam de domínio comum dos proprietários dos lotes.

Nesse caso, apesar de o terreno ter sido dividido em lotes, juridicamente não houve parcelamento do imóvel de Gustavo, pois o que ocorreu foi a constituição de um condomínio especial com unidades autônomas e não o desmembramento da propriedade do terreno inicial em unidades isoladas.

2 Se, na data da celebração de contrato de promessa de compra e venda de unidade a ser construída em regime de incorporação, o memorial de incorporação já estava devidamente registrado, esse contrato é válido, mesmo que o memorial tenha sido registrado após ter sido feita a proposta inicial do negócio.

3 As operações de financiamento imobiliário podem ser realizadas por bancos comerciais e de investimento e podem ser garantidas por alienação fiduciária de coisa imóvel e por cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes de contratos de alienação de imóveis, sendo que, em ambos os casos, essas garantias constituem direito real sobre os respectivos objetos.

4 A convivência por mais de cinco anos não é condição *sine qua non* para a configuração de união estável em que os companheiros têm direitos sucessórios recíprocos.

5 Considere a seguinte situação hipotética.

Armando, que é sócio-gerente da Panificadora Aurora Ltda., para evitar o pagamento de tributos, estabeleceu em nome da panificadora contrato de locação, tendo por objeto imóvel residencial para uso próprio seu e de seus familiares. Três meses após firmado o contrato, a panificadora deixou de pagar o aluguel, sob o argumento de que os negócios não iam bem, mas que a situação logo seria regularizada. Passados mais três meses, a padaria faliu e os bens restantes foram suficientes apenas para o pagamento das dívidas trabalhistas e fiscais.

Nesse caso, embora o contrato de locação tenha sido feito em nome da Panificadora Aurora Ltda., o locador tem direito de cobrar os aluguéis atrasados diretamente de Armando.

QUESTÃO 15

Acerca do direito tributário, julgue os itens abaixo.

1 Caso o estado de Minas Gerais estabeleça que, no momento em que as indústrias automotivas vendem automóveis a concessionárias de veículos, o estabelecimento industrial deverá recolher o imposto sobre circulação de mercadorias e prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS) relativo à revenda dos automóveis realizada entre a concessionária e os consumidores, tal disposição será inconstitucional. Isso decorre do fato de que, mesmo tratando-se de imposto indireto, não se poderia tributar o estabelecimento industrial com base em um fato gerador futuro e incerto, dado que a venda ao consumidor pode não ocorrer devido a vários motivos, tais como perda do bem ou ausência de interesse do mercado consumidor.

2 As custas judiciais, bem como os emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais, constituem preços públicos cuja fixação não pode levar em conta a capacidade contributiva das pessoas que os devem pagar.

3 Considere que Fabrício, falecido recentemente, tenha deixado testamento no qual constava a seguinte disposição: deixo para Alberto metade dos livros de botânica de minha biblioteca particular. Nesse caso, tal disposição testamentária configuraria a constituição de um legado e, se Alberto aceitasse o legado, incidiria sobre a transmissão da propriedade dos livros o ITCD, sendo contribuinte desse imposto o espólio de Fabrício.

4 Considerando que o Código Tributário Nacional determina que a posse de bem imóvel é fato gerador do imposto predial e territorial urbano (IPTU), seria correto afirmar que o DF poderia editar lei constituindo os locatários de imóveis como sujeitos passivos desse tributo.

5 No direito tributário, ao contrário do direito civil, a solidariedade comporta benefício de ordem, o qual somente pode ser excluído mediante expressa disposição legal.

QUESTÃO 16

O Banco X, com base em letra de câmbio, propôs ação executiva contra João da Silva, avalista do título, contra a sociedade J. Silva e Cia. Ltda, subscritora do título, e contra a Cia. Papelaria do Planalto, sociedade contra quem a letra foi emitida. Todos os executados opuseram embargos à execução. João da Silva, em seus embargos, argumentou que a ação contra ele somente poderia ser proposta após esgotados os meios para a cobrança da dívida ao seu avalizado. Argumentou, ainda, que a ação contra ele somente poderia ser proposta se tivesse o título sido protestado, o que não ocorreu. A sociedade J. Silva e Cia. Ltda argumentou, em seus embargos, que a falta de protesto impediria a sua execução. A Cia. Papelaria do Planalto, a seu turno, argumentou em seus embargos que não possuía qualquer responsabilidade pelo pagamento da letra, haja vista não constar no título qualquer declaração sua que pudesse ser entendida como aceite cambial.

Em face dessa situação hipotética, julgue os itens que se seguem.

- 1 Não assiste razão a João da Silva quando argumenta que somente poderia ser proposta ação contra ele após esgotados os meios para recebimento do crédito junto ao avalizado.
- 2 Tendo sido em branco o aval prestado por João da Silva, presume-se que ele seja avalista do sacado.
- 3 Se, na letra de câmbio, emitida pelo sacador, faltasse requisito essencial, esse vício poderia ser argüido pelo avalista.
- 4 A ação cambiária contra J. Silva e Cia. Ltda. independe de protesto cambial, haja vista ser ele o devedor principal do título.
- 5 São procedentes os argumentos apresentados pela Cia. Papelaria do Planalto, haja vista o sacado em letra de câmbio não poder ser executado se a letra de câmbio não tiver sido aceita.

QUESTÃO 17

O beneficiário de um cheque propôs ação executiva contra a sociedade KL S.A., emitente do título. Tendo sido frustrada a execução, ele requereu a falência da devedora.

Em face dessa situação e da legislação pertinente, julgue os seguintes itens.

- 1 O requerimento de falência somente será considerado procedente se o cheque tiver sido protestado.
- 2 A sociedade somente poderá apresentar defesa se efetuar o depósito elisivo da falência.
- 3 O beneficiário do título, por ocasião de seu requerimento, não será obrigado a demonstrar a origem de seu crédito.
- 4 Ainda que não tenham decorridos dois anos do encerramento de sua atividade, não será decretada a falência da devedora se já tiver sido liquidado e partilhado seu ativo.
- 5 A sentença que venha a decretar a falência na hipótese em exame não poderá ser embargada pela devedora.

QUESTÃO 18

Considerando as regras constantes na Lei n.º 6.404/1976, que trata das sociedades por ações, julgue os itens a seguir.

- 1 Se os acionistas ordinários de determinada sociedade anônima, reunidos em assembléia geral extraordinária, deliberarem, por maioria absoluta de votos, excluir de determinada classe de acionistas preferenciais certas vantagens, a eficácia dessa medida dependerá de prévia aprovação, ou ratificação, de mais da metade de referidos acionistas preferenciais.
- 2 Caso venha a falecer o acionista controlador cujo nome de família figure na denominação de certa sociedade anônima, não haverá necessidade de ser alterado o nome da sociedade, ainda que não haja nenhum outro acionista, incluídos os herdeiros, com o mesmo nome de família.
- 3 Se a assembléia geral de certa companhia deliberar mudar o objeto social, o acionista vencido poderá exercer o direito de retirada, a ser realizado mediante o resgate de suas ações.
- 4 A sociedade anônima poderá criar conselho de administração, que, em regra, é órgão facultativo. Somente poderão ser eleitos para referido órgão aqueles que forem acionistas.
- 5 Até dois terços do total das ações que compõem o capital social da sociedade anônima poderão corresponder a ações preferenciais sem direito a voto.

QUESTÃO 19

Determinado comerciante individual entrou com pedido de concordata preventiva. Em seu pedido, ofereceu a seus credores o pagamento de 100% do valor do saldo de seus créditos.

Em face dessa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

- 1 Tratando-se de concordata requerida por comerciante individual, será ele dispensado da exigência de registro do comércio, independentemente do valor do seu passivo quirografário.
- 2 Na hipótese, o pagamento deverá ser efetuado em parcelas mensais, devendo, ao final do primeiro ano, terem sido pagos dois quintos do valor total do passivo quirografário.
- 3 Da sentença que conceda a concordata caberá agravo; o mesmo ocorrendo com a que negue a concessão.
- 4 A concordata não importará em perda da administração do negócio por parte do concordatário, podendo ele alienar ou onerar livremente seus bens imóveis, desde que obtenha o consentimento do comissário da concordata.
- 5 O juiz da concordata poderá, a qualquer tempo durante o processo da concordata, decretar a falência do concordatário, desde que haja pedido de qualquer dos credores sujeitos aos seus efeitos em que reste demonstrado que o concordatário deixou de preencher qualquer dos requisitos ou incidiu em algum dos impedimentos legais.

QUESTÃO 20

Em relação aos serviços notariais e de acordo com o Provimento Geral da Corregedoria do TJDFT, julgue os itens abaixo.

- 1 Após lavrar escritura de instituição de fundação, o tabelião deverá proceder à comunicação do ato ao Ministério Público, para que dele tome ciência, remetendo-lhe cópia da escritura, no prazo de cinco dias.
- 2 É vedado ao tabelião lavrar, sem alvará judicial, escritura que vise à transmissão do domínio quando o alienante for viúvo, ainda que o bem tenha sido adquirido após a viuvez.
- 3 Ao lavrar escritura em que uma das partes resida no exterior e lá, perante o cônsul brasileiro, tenha constituído procurador para representá-la no Brasil, o tabelião deverá verificar, entre outros requisitos, se a assinatura do cônsul está devidamente autenticada pelo Ministério das Relações Exteriores.
- 4 Nas escrituras de rerratificação, as custas são devidas pela metade e calculadas sobre o valor equivalente da escritura anterior — não versando a retificação sobre o próprio valor da escritura —, salvo se lavradas em decorrência de erro cometido por funcionário, quando não serão devidos emolumentos.
- 5 Somente se lavrará escritura declaratória em que se disponha acerca da guarda de filho menor se ambos os pais comparecerem pessoalmente ao serviço, manifestando expressamente o seu acordo.

QUESTÃO 21

Julgue os itens que se seguem.

- 1 Para atender ao disposto na Lei n.º 8.560/1992, que regula as investigações de paternidade, o oficial, verificando que no registro de nascimento do menor apenas se estabeleceu a maternidade, remeterá ao juiz de registros públicos certidão integral do registro acompanhada de declaração, firmada pela mãe, de que desconhece os dados do suposto genitor.
- 2 Apresentado instrumento público para a transmissão de domínio de imóvel em cuja especificação conste o número de sua matrícula, verificando o oficial que o imóvel não contém indicações precisas acerca de suas confrontações e dos nomes dos confrontantes, deverá exigir das partes que complementem o título para que dele constem as especificações mencionadas.
- 3 Considere a seguinte situação hipotética.
Arthur, Bernardo e Cíntia, maiores e capazes, herdeiros dos bens deixados pela morte de seu pai, por escritura pública, dispuseram sobre a partilha dos bens havidos por herança, estabelecendo caber a cada um deles, respectivamente, um imóvel situado em uma superquadra de Brasília, uma casa em Taguatinga, no DF, e uma fazenda, denominada Esperança. Cada um deles apresentou, na serventia do local do imóvel, a escritura pública de partilha para registro na matrícula do imóvel que lhe coube.
Nessa situação, o oficial de cada serventia deverá, após prenotação, recusar o registro da escritura de partilha amigável porque tal título não é apto a ingressar nos registros públicos por intermédio do Registro de Imóveis, sendo imprescindível a apresentação do formal de partilha extraído de regular inventário. Deverá, também, no tempo previsto em lei, cancelar a prenotação, restituindo o valor correspondente a três quartos das custas que haviam sido recolhidas.
- 4 Ao reconhecer firmas em documentos incompletos ou que contenham, no contexto, espaços brancos ou não-utilizados, deverá o tabelião fazer expressa referência a tais circunstâncias.
- 5 Títulos e outros documentos de dívida em moeda estrangeira emitidos fora do Brasil podem ser protestados, desde que acompanhados de tradução efetuada por tradutor público juramentado, caso em que, havendo pagamento, este deverá ser feito em moeda corrente nacional, conforme conversão que deverá ser feita pelo apresentante, na data da apresentação do documento para protesto.

QUESTÃO 22

Em relação ao tabelionato de protestos e ao registro de distribuição, julgue os itens a seguir.

- 1 Se, no local de domicílio do devedor, houver mais de um tabelionato de protesto de títulos, o credor poderá optar por apresentar o título ou documento para protesto em qualquer um deles, cabendo ao titular da serventia encaminhar ao serviço de registro de distribuição, em 48 horas, uma via do apontamento feito ou da relação deles, para o obrigatório registro de distribuição.
- 2 O réu poderá obter o cancelamento da distribuição do feito contra ele proposto, apresentando ao Serviço de Registro de Distribuição certidão do diretor de secretaria da vara para a qual o feito foi distribuído, atestando que o autor não efetuou o preparo no prazo de trinta dias.
- 3 Lavrado o protesto, o título ou documento ficará arquivado no serviço, enquanto não se verificar o seu cancelamento.
- 4 O cancelamento do registro de protesto não fundado no pagamento do título ou do documento de dívida dependerá de mandado judicial.
- 5 Antes de lavrado o protesto, pode o apresentante retirar o título ou documento de dívida, mediante manifestação por escrito da desistência e pagamento de emolumentos e demais despesas.

QUESTÃO 23

Jonas apresentou para registro dois títulos: um relativo à escritura de compra e venda de imóvel urbano e outro relativo à constituição de segunda hipoteca, em que se fazia expressa referência à primeira. O oficial procedeu à prenotação da escritura de compra e venda e informou a Jonas acerca da impossibilidade de prenotar o título relativo à segunda hipoteca antes que os interessados promovessem o registro da primeira hipoteca, que goza de prioridade. Uma semana depois, o oficial contactou o apresentante dos títulos e entregou-lhe memorando em que exigia, para que se procedesse ao registro da escritura, que Jonas apresentasse cópia autenticada de sua certidão de casamento, informando que o prazo para registro esgotar-se-ia em trinta dias.

Considerando a situação hipotética acima e a legislação a ela pertinente, julgue os seguintes itens.

- 1 Quanto à escritura de compra e venda, o oficial agiu corretamente ao prenotá-la desde logo, procedendo posteriormente a seu exame e formulando, dentro do prazo previsto no Provimento, as exigências necessárias ao registro.
- 2 O prazo de trinta dias para o registro é contado a partir da entrega ao apresentante do memorando com as exigências do oficial.
- 3 Esgotado o prazo para o registro, sem que o apresentante atenda as exigências do oficial, ou insurja-se contra elas, requerendo a suscitação de dívida, será cancelada de ofício a prenotação do título, que perderá a prioridade do registro.
- 4 Cancelada a prenotação, as custas recolhidas serão devolvidas ao apresentante, com dedução de um quarto de seu valor, se o registro não se ultimar por fatos alheios à vontade do apresentante; verificada, porém, a negligência deste, as custas serão devidas por inteiro, não havendo devolução do depósito.
- 5 Na hipótese em apreço, quanto ao título relativo à segunda hipoteca, deveria o oficial tê-lo prenotado, aguardando, em seguida, o escoamento do prazo de trinta dias para que os interessados promovessem o registro da primeira hipoteca; transcorrido *in albis* o prazo, deveria o título relativo à segunda hipoteca ser registrado, passando a ter preferência sobre a hipoteca anterior.

QUESTÃO 24

Quanto ao direito notarial e ao direito registral, julgue os itens que se seguem.

- 1 Devido ao *status* jurídico privado que a Constituição da República confere aos serviços notariais, eventual dano causado a usuário em decorrência deles deverá ser suportado unicamente pelo titular do serviço que gerou o dano, pois não cabe invocar responsabilidade civil do Estado nesses casos.
- 2 A posição do Poder Judiciário em relação aos notários e registradores não é a de poder delegante, mas a de órgão encarregado, entre outras competências, da fiscalização da atividade dessas serventias.
- 3 Considere a seguinte situação hipotética.

Romeu era advogado militante na área penal e, após regular aprovação, tomou posse como notário. Tempos depois, um antigo cliente e amigo procurou-o para queixar-se de que fora condenado injustamente em um processo-crime, com graves ofensas aos princípios constitucionais aplicáveis ao processo penal. Romeu, sensibilizado com a situação dessa pessoa, impetrou *habeas corpus* em favor dela ao tribunal competente, sem cobrar-lhe nada.

Nessa situação, Romeu praticou ato proibido, pois, como notário, estava legalmente impedido de exercer a advocacia.

- 4 Os registradores sujeitam-se a restrições à sua atividade nos casos de incompatibilidade ou impedimento, entre outros, sendo que, na segunda hipótese, o ato poderá ser praticado pelo registrador se o fato gerador do impedimento desaparecer.
- 5 Considere a seguinte situação hipotética.

Um cidadão apresentou um título para registro e o oficial, ao analisá-lo, entendeu que havia certas exigências a cumprir. Suscitou dúvida, que foi julgada improcedente, mas cuja decisão não convenceu o oficial do desacerto de suas conclusões.

Nessa situação, uma vez que a decisão no processo de dúvida possui natureza administrativa, assistia ao registrador o direito de impetrar mandado de segurança contra o ato judicial que pretendia obrigá-lo a efetuar o registro, contra sua convicção.

QUESTÃO 25

Ainda acerca do direito notarial e do direito registral, julgue os itens abaixo.

- 1 Devido à regra constitucional acerca da competência da justiça federal nos casos em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, eventual procedimento de retificação de registro imobiliário instaurado a requerimento da União tem de ser remetido, de ofício, à justiça federal, sob pena de nulidade absoluta.
- 2 Considere a seguinte situação hipotética.

Um indivíduo arrematou bem imóvel em praça realizada pela justiça do trabalho e pediu o registro do título correspondente, o que foi feito. Algum tempo depois, em virtude de recurso do executado na ação trabalhista de que decorreria a arrematação, esta foi declarada nula, por ofensa à legislação processual. O tribunal comunicou então o julgamento do recurso ao oficial do registro imobiliário, para que este invalidasse o registro. O oficial suscitou dúvida, que o juiz corregedor julgou procedente, pois entendeu que o registro estava aperfeiçoado e não mais podia ser anulado, salvo pelos procedimentos próprios da Lei de Registros Públicos (LRP) ou por ação específica.

Nessa situação, o juiz corregedor errou, pois, no caso, o julgamento em sede jurisdicional sobrepunha-se à esfera administrativa de tramitação do procedimento de dúvida.
- 3 O procedimento de dúvida, se bem que possua natureza administrativa, é resolvido por meio de sentença, a qual desafia recurso de apelação, com ambos os efeitos; esse recurso pode ser manejado tanto pela parte interessada quanto pelo Ministério Público e, ainda, por terceiro eventualmente prejudicado pelo ato judicial.
- 4 Na atividade de acompanhamento dos serviços registrais, os juízes de registros públicos podem baixar portarias para orientá-los e discipliná-los, nos termos da legislação; como atos materialmente administrativos que são, essas portarias podem ser atacadas por mandado de segurança, se ferirem direito líquido e certo de alguém.
- 5 O procedimento de dúvida regido pela LRP aplica-se não somente ao registro imobiliário como a todos os demais regidos por essa lei e, por exigência legal de contraditório, não pode ser julgado sem que o interessado, depois de comunicado pelo oficial, ofereça impugnação.

QUESTÃO 26

Em relação ao sistema jurídico da LRP, julgue os itens a seguir.

- 1 No caso de atos registrais que houverem de ser feitos por mandado oriundo de processo judicial, não cabe ao oficial efetuar análise quanto ao preenchimento de requisitos legais para o registro.
- 2 Se duas empresas firmarem no exterior contrato a ser cumprido no Brasil, este somente poderá ser executado neste país depois de vertido na língua pátria, por tradutor juramentado, e levado ao registro de títulos e documentos.
- 3 No caso de ações judiciais contra a Secretaria da Receita Federal para a entrega de bens procedentes do exterior, tanto as medidas liminares quanto as sentenças e os acórdãos, desde que ainda não-passados em julgado, precisam ser registrados no ofício de títulos e documentos, a fim de que terceiros tenham ciência da possibilidade de vir a modificar-se a decisão.
- 4 Os atos jurídicos de dação de direitos e de créditos, de sub-rogação e de dação em pagamento não produzirão efeitos enquanto não forem registrados na serventia de títulos e documentos.
- 5 A dação em pagamento de bens imóveis não está sujeita ao registro de títulos e documentos para valer em face de terceiros.

QUESTÃO 27

O Estado tem no registro civil a fonte principal de referência estatística: comete crime o oficial que não remeter, trimestralmente, à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, os mapas de nascimentos, casamentos e óbitos. É uma base para que os governos decidam suas medidas administrativas e de política jurídica. O indivíduo nele encontra meios de provar seu estado, sua situação jurídica. Fixa, de modo inapagável, os fatos relevantes da vida humana, cuja conservação em assentos públicos interessa à Nação, ao indivíduo e a todos os terceiros. Seu interesse reside na importância mesma de tais fatos e, outrossim, na sua repercussão na existência do cidadão: ele é maior ou menor, capaz ou incapaz, interdito, emancipado, solteiro ou casado, filho, pai. É todo um conjunto de condições a influir sobre sua capacidade e sobre as relações de família, de parentesco e com terceiros.

Walter Ceneviva. *Lei dos registros públicos comentada*. 12.ª ed., atual. São Paulo: Saraiva, 1997. p. 73 (com adaptações).

Considerando a relevância do tema tratado no texto acima, julgue os seguintes itens, a respeito do tratamento dado ao registro civil de pessoas naturais na LRP.

- 1 Considere a seguinte situação hipotética.
Hélio, menor impúbere legalmente representado por sua mãe, ajuizou ação de investigação de paternidade em face de seu suposto pai e nela requereu expressamente que, em caso de procedência, fosse expedido mandado para alteração do assento de seu nascimento, a fim de que dele passasse a constar o nome do genitor. O autor obteve a procedência do pedido de investigação de paternidade.
Nessa situação, em face de exigência expressa da LRP, somente por processo autônomo poderia dar-se a alteração do assento, não bastando a sentença favorável na ação de investigação de paternidade.
- 2 Considere a seguinte situação hipotética.
Michael nasceu no Estado do Alabama, nos Estados Unidos da América, filho de pais brasileiros. Ao preencher os requisitos previstos na legislação brasileira, optou pela nacionalidade deste país.
Nessa situação, Michael deverá, necessariamente, registrar sua opção em cartório do registro civil localizado no DF.
- 3 A legislação brasileira estabelece que são gratuitos para os reconhecidamente pobres, na forma da lei, o registro civil de nascimento e a certidão de óbito; se, porém, constatar-se que determinada pessoa afirmou de maneira falsa sua condição de pobreza para eximir-se do pagamento dos custos decorrentes desses documentos, a única sanção prevista para o caso é a responsabilidade civil pelo referido pagamento.
- 4 Se um casal de brasileiros contrair matrimônio no exterior, o ato somente terá validade, no Brasil, quando o respectivo assento, desde que realizado de acordo com a lei do local, for trasladado em qualquer cartório do registro civil brasileiro.
- 5 Se um indivíduo pobre tiver deixado de promover o registro do nascimento de um filho e pretender fazê-lo após este ter completado dez anos de idade, poderá fazê-lo, em certos casos, independentemente de despacho judicial e do pagamento da multa legal de um décimo do salário mínimo.

QUESTÃO 28

Ainda no atinente ao registro civil de pessoas naturais na LRP, julgue os itens seguintes.

- 1 A fim de poder produzir efeitos jurídicos válidos *erga omnes*, a sentença que houver decretado a separação judicial de um casal deverá ser registrada no mesmo cartório em que se houver lavrado o assento do matrimônio.
- 2 Considere a seguinte situação hipotética.
Miguel completou 21 anos de idade no dia 31 de dezembro de 1998. Em março de 2000, requereu alteração de seu nome, para o fim de acrescentar o de um avô a quem muito queria e que o havia criado. Para tanto, apresentou ao juiz razões que justificariam a demora no requerimento.
Nessa situação, a despeito do tempo levado por Miguel para requerer a alteração, é juridicamente admissível a alteração.
- 3 Considere a seguinte situação hipotética.
Jorge nasceu na constância do casamento de Dagmar e Humberto, os quais figuraram no assento de nascimento como seus pais. Ao crescer, Jorge convenceu-se de que seu pai não era Humberto, na verdade, mas outro homem.
Por isso, ajuizou ação de investigação de paternidade em face dele.
Nessa situação, para a alteração do registro de nascimento, Jorge terá de mover ação própria, após o trânsito em julgado da sentença que eventualmente julgar procedente o pedido da ação de investigação de paternidade.
- 4 Considere a seguinte situação hipotética.
Juliano recebeu esse prenome de seu pai, que também o tinha. Porém, o pai de Juliano, irresponsavelmente, abandonou a família, fato que causou grande repulsa no filho, que, à época, ainda era infante. A revolta de Juliano foi tamanha que ele repudiou o próprio nome e passou a apresentar-se como Murilo, nome do padrasto que o criou e pelo qual se tornou amplamente conhecido. Logo que completou a maioridade, Juliano requereu a alteração de seu nome para Murilo.
Nessa situação, o requerente faz jus à mudança do prenome.
- 5 Se um homem for casado e tiver um filho fora do matrimônio, ainda assim, conquanto a lei dispense especial proteção ao casamento e estímulo à constituição dele, poderá comparecer ao cartório do registro civil e prestar as declarações necessárias ao assento do nascimento da criança, no qual poderá figurar validamente como pai.

QUESTÃO 29

No que tange ao registro civil das pessoas jurídicas na LRP, julgue os seguintes itens.

1 Considere a seguinte situação hipotética.

O procurador de um grupo de pessoas que pretendia constituir pessoa jurídica apresentou ao oficial de registro estatuto que previa para ela finalidades claramente ilegais e ofensivas ao bem público. Em face disso, o oficial sobrestou no registro e suscitou dúvida, dando ciência disso aos apresentantes, que não se manifestaram. O juiz competente, por confirmar a análise do oficial, julgou procedente a dúvida e indeferiu o registro, sem ouvir os requerentes.

Nessa situação, estritamente à luz da LRP, o juiz agiu de modo correto, pois não precisava colher a manifestação dos interessados.

2 No ordenamento jurídico brasileiro, uma vez constituída validamente pessoa jurídica, se esta vier a dedicar-se a finalidades ilícitas após entrar em funcionamento, não mais será permitida sua dissolução, uma vez que a LRP apenas proíbe o registro dos atos constitutivos de pessoa jurídica se a atividade ilegal for constatada anteriormente ao surgimento dela.

3 Considere a seguinte situação hipotética.

François e Michel, ambos franceses natos, vieram residir no Brasil e, em 1987, adquiriram a cidadania brasileira. Em 1999, apresentaram para matrícula os atos constitutivos de uma empresa de radiodifusão, da qual seriam proprietários. O oficial do registro examinou os documentos e considerou que, à parte o aspecto da nacionalidade dos interessados, os demais requisitos legais estavam cumpridos. Suscitou, então, dúvida ao juiz competente, que a julgou improcedente e determinou o registro.

Nessa situação, agiu corretamente o juiz, pois o local de nascimento de François e Michel, no caso, não era óbice ao registro.

4 Se um jornal de periodicidade semanal for matriculado no registro civil das pessoas jurídicas sem a informação de seu diretor ou redator-chefe, tal omissão considerar-se-á mera irregularidade, passível de gerar sanção administrativa contra o oficial registrador, mas não acarretará consequência alguma contra o periódico.

5 Embora, de acordo com a LRP, a existência legal das pessoas jurídicas somente comece com o registro válido de seus atos constitutivos, isso não significa que as chamadas sociedades de fato não possam praticar atos jurídicos e que eles não possam ser cabalmente adimplidos.

QUESTÃO 30

Segundo João Pedro Lamana Paiva, o registro imobiliário no Brasil tem sua origem fixada pela Lei n.º 601, de 18 de setembro de 1850, e seu Regulamento n.º 1.318, de 30 de janeiro de 1854, quando a posse passou a ser reconhecida perante o vigário da Igreja Católica. Por isso, essa lei passou a ser conhecida por “Registro do Vigário” e se fazia na freguesia da situação do imóvel. O efeito desse registro era meramente declaratório, para diferenciar o domínio particular do domínio público, conforme lição de Waldemar Loureiro.

Hoje, depois de mais de trinta anos de vigência do Decreto n.º 4.857, de 1939, e mais de vinte e cinco anos de império da Lei n.º 6.015, de 1973, chega-se à conclusão de que, apesar da grande evolução havida na legislação registrária, novas modificações já são sugeridas, não só pela ânsia de aperfeiçoamento do direito, mas, também, para adequar o sistema aos avanços tecnológicos. Essa, contudo, é outra história que ainda será escrita.

Ulysses da Silva. A caminhada de um título — da recepção ao ato final. In: **Registro de imóveis**: estudos de direito registral imobiliário — XXV e XXVI. Encontros dos Oficiais de Registro de Imóveis no Brasil. São Paulo/1998. Recife/1999. Porto Alegre: Instituto de Registro Imobiliário do Brasil/Sérgio Antonio Fabris, 2000, p. 157-8 (com adaptações).

Considerando o texto acima, julgue os itens que se seguem, relativamente ao registro de imóveis na LRP.

1 Se um cidadão apresentar um título para registro e este ficar na dependência do cumprimento de exigências legais por parte do apresentante, os efeitos da prenotação do título perdurarão pelo tempo que o interessado levar para satisfazer as exigências, caso em que seu título terá precedência no registro sobre qualquer outro que venha a ser prenotado posteriormente.

2 Nos casos em que o interessado apresentar para registro título judicial protegido pela coisa julgada, o oficial deverá proceder ao registro no prazo previsto nas normas legais e infralegais aplicáveis, independentemente de qualquer exame, exigência ou suscitação de dúvida.

3 Cada imóvel possui, no registro próprio, um assentamento básico, que o identifica; cabe ao oficial registral efetuar o assento de atos como a aquisição definitiva do bem; deve também mencionar circunstâncias relevantes que digam respeito ao imóvel. Tais institutos jurídicos referem-se, respectivamente, à matrícula, à transcrição e à averbação.

4 Devido à enumeração taxativa dos títulos passíveis de registro imobiliário, contida na LRP, um ofício expedido por autoridade não poderá, em nenhuma hipótese, ser considerado título, para esse fim.

5 A fim de não causar dano a terceiros, atualmente a jurisprudência considera que o proprietário de imóvel registrado não se pode valer do procedimento administrativo de retificação do registro, previsto na LRP, se de sua pretensão puder resultar aumento da área do imóvel.

QUESTÃO 31

Ainda quanto ao registro de imóveis e ao registro civil das pessoas jurídicas na LRP, julgue os itens abaixo.

- 1 A LRP confere grande relevo à defesa da preferência entre direitos, sobretudo os reais, decorrente da prioridade, a qual, por sua vez, tem como ponto de partida a prenotação dos títulos; desse modo, sempre que um título for prenotado antes de outro, terá prioridade sobre o posterior, caso ambos venham a ser objeto de registro nos prazos legais.
- 2 A prenotação, por si só, não assegura preferência nem confere direito real.
- 3 No sistema da LRP, vigora a presunção de que o proprietário é a pessoa, física ou jurídica, em cujo nome está registrado o bem imóvel; essa presunção, contudo, é apenas relativa, pois há casos em que se pode comprovar que o verdadeiro proprietário é outrem, efeito que pode surgir até por meio de procedimento administrativo, como o de retificação.
- 4 Os sindicatos são pessoas jurídicas cujo processo de constituição é peculiar, pois, devido ao regramento constitucional de 1988, que alterou a legislação a eles aplicável, essas entidades adquirem personalidade jurídica com o registro de seus atos no órgão regional do Ministério do Trabalho e Emprego.
- 5 O registro do estatuto das fundações de direito privado somente pode ocorrer com participação do Ministério Público no procedimento de registro; as de direito público, porém, não estão sujeitas ao registro civil das pessoas jurídicas.

QUESTÃO 32

Com referência ao registro de títulos e documentos na LRP, julgue os itens a seguir.

- 1 Considere a seguinte situação hipotética.
Júlia e Marcela, domiciliadas em Recife – PE e em Olinda – PE, respectivamente, firmaram contrato de fiança, por meio do qual a primeira se obrigou ao pagamento de dívida contraída pela segunda para com Paula, esta domiciliada em João Pessoa – PB.
Nessa situação, para que a fiança produza efeitos perante terceiros, Júlia deverá promover-lhe o registro em cartório de títulos e documentos do Recife, para o que necessitará da anuência de Marcela.
- 2 Se dois indivíduos maiores e capazes firmarem validamente um contrato qualquer no dia 1.º de agosto de 2001 e obtiverem o registro dele no cartório de títulos e documentos até o dia 20 do mesmo mês, o negócio produzirá efeitos em relação a terceiros desde o dia da assinatura do respectivo instrumento; se, no entanto, levarem o contrato para registro do dia 21 de agosto em diante, o contrato poderá ainda produzir efeitos relativamente a terceiros, mas, nesse caso, somente a partir da data da apresentação do instrumento para registro.
- 3 Considere a seguinte situação hipotética.
Darci apresentou documento ao oficial de registro e solicitou que este notificasse um dos participantes do ato jurídico espelhado no título, o qual era domiciliado em outra cidade. O oficial expediu, então, a notificação diretamente ao destinatário, sem a intermediação do oficial da localidade de domicílio deste.
A notificação foi entregue à pessoa a quem se destinava.
Nessa situação, a notificação não poderá produzir efeitos, pois somente podia ser entregue ao destinatário por meio do oficial de registro de títulos e documentos do domicílio dele.
- 4 Considere a seguinte situação hipotética.
Uma empresa dedica-se à atividade de *leasing* e, nela, utiliza contrato de adesão previamente impresso cujo teor é praticamente todo idêntico, pois variam apenas os dados concretos dos negócios firmados com cada cliente.
Nessa situação, após o registro do primeiro contrato-padrão, cada novo contrato não precisará ser reproduzido por completo, mesmo no livro de registro integral de títulos, pois bastará consignar-se o conjunto dos elementos específicos daquele negócio e a referência ao contrato anterior registrado por completo.
- 5 Contrato firmado na Itália, em italiano, pode ser registrado, nessa língua, em ofício de títulos e documentos no Brasil.

QUESTÃO 33

No que respeita à Lei dos Serviços Notariais e de Registro (LSNR) — Lei n.º 8.935, de 18 de novembro de 1994 —, julgue os seguintes itens.

- 1 No caso de o devedor de um título não o pagar, devolver ou aceitar, conforme o caso, incumbirá ao tabelião lavrar o cabível protesto, o qual, por segurança, deve, necessariamente, ser registrado em livro próprio, cuja guarda é responsabilidade do notário.
- 2 A LSNR estatui liberdade para que o usuário do serviço escolha o tabelião ou notário que desejar para a prática do ato que lhe interessa; essa liberdade não se aplica, contudo, aos casos dos oficiais de registro imobiliário e de registro civil da pessoa jurídica, que se subordinam a regras de repartição geográfica da circunscrição onde têm delegação.
- 3 Considere a seguinte situação hipotética.
Em uma circunscrição, existiam o 1.º, o 2.º e o 3.º Ofícios de Notas, os quais foram criados, respectivamente, nos dias 1.º de fevereiro, 1.º de março e 1.º de abril de um determinado ano. Em 6 de agosto de 2001, segunda-feira, vagaram as titularidades do 2.º e do 3.º Ofícios, pois os respectivos notários faleceram, coincidentemente, no mesmo dia. No dia 13 de agosto de 2001, também segunda-feira, aposentou-se o titular do 1.º Ofício.
Nessa situação, tomando em conta que essas foram as primeiras vagas a surgir na vigência da LSNR, as vagas do 2.º e do 3.º Ofícios destinar-se-ão a provimento mediante concurso público, enquanto a do 1.º Ofício se destinará a remoção.
- 4 Considere a seguinte situação hipotética.
Caetano era oficial do registro civil em uma determinada circunscrição e recebeu, certo dia, Danilo, seu primo, que desejava prestar declarações para o registro de nascimento de uma filha sua. Caetano, porém, informou a Danilo que não poderia efetuar o registro pessoalmente, por impedimento legal. No outro dia, Caetano recebeu Iraci, sua nora, a qual pretendia registrar a sentença que decretou a interdição de uma irmã dela. Nesse caso, Caetano efetuou o registro.
Nessa situação, o oficial agiu corretamente no primeiro caso, ao recusar o registro, pela incompatibilidade, e, no segundo, ao entendê-la inexistente.
- 5 Embora a Constituição da República estabeleça que a atividade notarial e de registro detém caráter privado, o ingresso nela depende de concurso público, o qual, por expresso comando constitucional, tem de concluir-se no prazo de até seis meses, contados da abertura da vaga a prover.

QUESTÃO 34

Ainda no que se refere à LSNR, julgue os itens seguintes.

- 1 Um notário que possua delegação em circunscrição localizada no DF não poderá validamente reconhecer firma em um documento quando estiver de passagem por qualquer outra cidade do Brasil, apesar da fé de seu ofício e mesmo que tome as cautelas necessárias ao ato.
- 2 Considere a seguinte situação hipotética.

Alexandre era titular de um tabelionato de notas desde 1979 e, no ano 2000, veio a falecer. O respectivo tribunal de justiça abriu concurso para provimento da vaga.

Nessa situação, embora se trate de tabelionato criado anteriormente à LSNR, a providência do tribunal de abrir concurso foi correta, do ponto de vista jurídico, e o novo tabelião estará integralmente subordinado ao regime dessa lei.
- 3 Considere a seguinte situação hipotética.

Marcel foi designado pelo tribunal de justiça, em caráter precário, para substituir oficial de um serviço registral que falecera, até a nomeação do novo oficial. Nesse ínterim, a área territorial correspondente àquele serviço foi desmembrada. Marcel, então, formalizou opção pela nova serventia, resultante do desmembramento da primeira.

Nessa situação, Marcel não tem direito à opção.
- 4 No regime da LSNR, a escrituração lavrada pelo tabelião goza de autenticidade no que diz respeito ao próprio instrumento e ao registro dele; todavia, não confere, necessariamente, autenticidade ao próprio ato ou fato jurídico que a originou.
- 5 A cobrança de custas dos serviços forenses é uma das matérias disciplinadas pela LSNR, salvo no que tange aos valores, que são fixados em atos específicos de cada tribunal ou ramo do Poder Judiciário, conforme o caso.

QUESTÃO 35

No que diz respeito à Lei de Protesto de Títulos (LPT) — Lei n.º 9.492, de 10 de setembro de 1997 —, julgue os itens que se seguem.

- 1 A lei geral acerca dos atos notariais e registrais é a LRP, que se aplica subsidiariamente a todos os serviços ligados àqueles atos, e todos eles se sujeitam à fiscalização e orientação do Poder Judiciário; em consequência, no caso do tabelionato de protesto de títulos, a utilização de sistemas de computação, de microfilmagem, de gravação eletrônica de imagem e de outros meios de reprodução depende de autorização do juiz competente.
- 2 Considere a seguinte situação hipotética.

Um indivíduo apresentou um título para protesto por falta de pagamento, e o título não previa o termo inicial para a cobrança de juros e correção monetária. O tabelião cientificou o devedor e comunicou-lhe o prazo para pagamento, mas este se manteve inerte. Em consequência, o protesto foi lavrado dias depois.

Nessa situação, o termo inicial para cálculo de juros e correção monetária será o dia do registro do protesto e não o da apresentação do título.
- 3 Considere a seguinte situação hipotética.

Um tabelião de protestos recebeu título que lhe foi apresentado por falta de pagamento. Quando deu ciência disso ao devedor, este ajuizou ação de sustação de protesto e obteve medida cautelar, de que o tabelião foi intimado e cujo mandado conservou em seus arquivos. Tempos depois, o tabelião foi oficialmente comunicado do trânsito em julgado do acórdão que julgou improcedente o pedido da ação de sustação. Em razão disso, foi finalmente lavrado o protesto.

Nessa situação, o mandado de sustação podia ser expurgado pelo tabelião de seus arquivos.
- 4 Considere a seguinte situação hipotética.

Uma pessoa jurídica apresentou título para protesto por falta de aceite, em 2 de janeiro de 1994. O protesto foi lavrado em 20 do mesmo mês. Em 2 de fevereiro de 2000, a pessoa jurídica solicitou ao tabelião certidão daquele protesto, para o que indicou os dados de identificação do título, do devedor e do registro.

Nessa situação, o tabelião está obrigado ao fornecimento da certidão, mesmo considerando que o protesto data de mais de cinco anos do pedido de certidão.
- 5 Se o registro de um protesto houver sido cancelado por ordem judicial, em nenhuma hipótese o protesto figurará em certidão emitida pelo tabelião, sob pena de responsabilidade administrativa e civil, inclusive por dano moral.

Texto LP-I – questões 36 e 37

Nem sempre existiram Direitos

A noção de Direitos Humanos está totalmente ligada ao contexto de cada época. Quando não havia escrita e a fala humana ainda se estruturava com sons guturais, primais, os direitos humanos eram inexistentes como conceito e como prática: a luta pela sobrevivência era bruta, dura, e favorecia os mais fortes. E assim foi, durante séculos.

O princípio cristão do amor ao próximo, nesse processo, representou uma revolução cultural, uma radical novidade (o que não impediu que seu arauto terminasse condenado à morte, e morte na cruz, a mais terrível!). Mas a idéia mais elaborada, doutrinária, dos seres humanos como iguais e, portanto, com os mesmos direitos, é um resultado da luta da burguesia contra o obscurantismo dos senhores feudais e da aristocracia absolutista. Já na Declaração da Independência Norte-Americana, de 1776, os seres humanos eram considerados “naturalmente iguais, livres e independentes”. Uma novidade!

Estas idéias novas, afirmativas de direitos e de um original entendimento do humano, foram elaboradas teoricamente com mais detalhes pela Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, da Revolução Francesa, lançada em 26 de agosto de 1789. Em síntese, ela reafirma que “todos os homens são iguais perante a lei” e que “a lei deve proteger a liberdade pública e individual contra a opressão daqueles que governam” — o que o Absolutismo considerava impensável!

Com uma visão relativista da História bastante interessante, a Declaração pioneira também mencionava a transitoriedade das leis, assegurando ao povo “o direito de rever, de reformar e de mudar a sua Constituição”, além de afirmar que “uma geração não pode sujeitar as gerações seguintes às suas leis”. Como isso precisa ser entendido por aqueles que ainda consideram imutáveis a lei, os costumes e a moral! Tudo muda de acordo com a mudança da concepção de ser humano. Os valores de uma época podem não valer para outra, bem como a moda, os hábitos alimentares etc.

Chico Alencar. “Para humanizar o bicho humano”. In: **Direitos mais humanos**. Rio de Janeiro: Garamond, 1998, p. 21-2.

QUESTÃO 36

Segundo os dois primeiros parágrafos do texto LP-I,

- 1 o exercício dos Direitos Humanos varia de acordo com os valores das distintas fases históricas por que passou a humanidade.
- 2 desde sempre os Direitos Humanos privilegiaram os mais fortes, na dura luta pela sobrevivência.
- 3 o Cristianismo representou uma significativa mudança nas relações humanas, embora seu maior expoente tenha sido sacrificado por amor ao próximo.
- 4 a doutrina de seres humanos com os mesmos direitos é resultante da luta da burguesia contra o obscurantismo e a aristocracia.
- 5 no Brasil, os seres humanos são considerados “naturalmente iguais, livres e independentes”, porque a legislação brasileira baseia-se nos códigos de ética norte-americanos.

QUESTÃO 37

Considerando o respeito às normas gramaticais e às idéias do texto LP-I, julgue os itens abaixo.

- 1 Algumas idéias libertárias apregoam a existência de direitos humanos, de cujas igualdades resultam entendimentos humanos.
- 2 Os Direitos Humanos Modernos foram elaborados teórica e detalhadamente pela Declaração da Revolução Francesa, a mais de 200 anos.
- 3 O Absolutismo considerava impensável que todos os homens fossem iguais perante a lei e que tais leis deveriam proteger a liberdade pública e individual contra a opressão dos governantes.
- 4 Assegurando aos povos os direitos de rever, reformular e alterar suas constituições e afirmando que uma geração posterior não pode ficar assujeitada às gerações que a antecederam, o texto norte-americano defendia a irreversibilidade dos documentos legais.
- 5 A declaração mais antiga, ou seja, a de 1776, já apresentava uma visão relativista da história, porque previa e preconizava a transitoriedade das leis.

Texto LP-II – questões de 38 a 40

- 1 A caminhada do ser humano pelo planeta é ainda errática e marcada pela estupidez. Civilizamo-nos muito pouco, ainda. Mas essa pedra bruta, feroz, esperta e suficiente para sobreviver em meio a feras mais fortes que ela e a intempéries de todo tipo, mesmo ainda utilizando apenas 5% de sua capacidade cerebral e intuitiva, vai seguindo sua 7 viagem.

O bicho homem, com visão infinitamente menor do que as águias, plasticidade corporal tacaña se comparada à dos felinos, olfato ridículo em relação ao dos cães, operosidade e organização mínimas diante das abelhas e das formigas, resistência física sofrível cotejada com a de qualquer animal selvagem, integração com a natureza que deixaria os insetos espantados, está aí, aparentemente soberano, já saindo do planeta para os espaços siderais.

Idem, ibidem (com adaptações).

QUESTÃO 38

Com relação à tipologia e às idéias do texto LP-II, julgue os itens a seguir.

- 1 O texto argumenta de forma pessimista e não-justificada acerca da erraticidade da espécie humana sobre o planeta.
- 2 O posicionamento de que “Civilizamo-nos muito pouco, ainda” (R.2-3) é desenvolvido e exemplificado no segundo parágrafo do texto.
- 3 O texto estrutura-se a partir de comparações com um mineral e com algumas espécies animais.
- 4 No processo de aproximação por analogias, base da construção textual, são semanticamente equivalentes os seguintes elementos: “infinitamente menor do que” (R.8), “tacaña” (R.9), “ridículo” (R.10) e “mínimas” (R.11).
- 5 Um dos recursos construtores do texto é o emprego de (ou apelo às) sinestésias, entre as quais destacam-se a visual, a tátil e a olfativa.

QUESTÃO 39

Quanto à classificação e ao emprego das palavras no texto LP-II, é correto afirmar que

- 1 “errática” (R.2) é um adjetivo, derivado do verbo **errar**.
- 2 “sobreviver” (R.4) pode ser substituído, no contexto, pela expressão **a sobrevivência**.
- 3 “viagem” (R.7) e **viajem**, embora tenham grafia muito próximas por serem palavras cognatas, não podem ser intercambiadas.
- 4 o adjetivo **grande**, nas formas “menor do que” (R.8) e “mínimas” (R.11) está flexionado no grau superlativo relativo de inferioridade.
- 5 os pronomes “qualquer” (R.12) e “que” (R.13) têm como referente o substantivo “bicho homem” (R.8).

Texto LP-III – questões de 40 a 45**A ceguinha e o maracatu de Salu**

1 A Rodoviária é panacéia de ritmos, sons, cheiros, sotaques, sexos: o céu e o inferno mancomunados. Vou sempre lá quando o tédio bate — e tudo dói. Naquele lugar, mais que em qualquer outro de Brasília, tédio é abstratíssimo substantivo, invisível, inviável. Saio-de-lá curado, sem dor dor-alguma, sem náusea-alguma.

7 Estava lá na quinta-feira, seis da tarde, no horário em que o eterno zunzum do lugar chega à potência máxima. Não fui me curar de nada, queria apenas ver, ouvir e dar passagem ao maracatu Piaba de Ouro, de Olinda, comandado pelo mestre Salustiano, uma das mais nobres figuras da cultura popular pernambucana.

10 Entre homens gritando e outros sons guturais não-identificados, entre cheiros diversos, deixei-me perder. E nada de achar o Piaba de Ouro de mestre Salustiano. Estava ótimo assim: indo pra lugar nenhum, zanzando, bestando.

16 No topo da escada-rolante-que-não-rola-mais deparo com: a) ceguinha se chocando com telefone público, b) garota estacionada vestindo jaleco onde tinha escrito “Apoio Rodoviária” (ou algo parecido).

19 Enquanto devolvia os óculos caídos para a ceguinha que, ainda tonta, se recuperava do susto, perguntei à moça que enxergava: — Onde o mestre Salustiano vai se apresentar?

22 A moça que enxergava disparou, abarrotada de má vontade: — Mestre o quê? Sei não. Ande, ande, o sinhô tá atrapalhando a circulação...

25 Minha irritação não resultou em palavão porque ouvi da boca da ceguinha: — Oxente, moço, num tá ouvindo o batuque? E apontando na direção certa: — Tá vindo de lá, moço...

28 Olhei e vi: do meio do povaréu que corria em busca do ônibus que o levaria de volta ao lar-doce(mas não muito)-lar, explodia pororoca sonora e visual de provocar vertigem. Rapaz que corria atrás do ônibus Samambaia N que ameaçava partir sem ele passou colado em mim. Deixou em meus ouvidos úmidos respingos e a pergunta aflita: — Que onda é essa? Que onda é essa, cara?

34 No meio daquela apoteose, batedores de carteira se dividiam entre cair no ritmo e cobiçar a bolsa e o bolso do próximo. Experientes, faziam as duas coisas ao mesmo tempo.

37 Arrebatado, esqueci por um minuto a ceguinha que me mostrara a luz. Girei o pescoço, vi: encostada na loja de produtos evangélicos, paralisada, contrita, a ceguinha estava lá.

40 Fito os olhos dela: por baixo dos desconjuntados óculos escuros descia copiosa lágrima.

Rogério Menezes. “Crônica da cidade”. In: *Correio Brasileiro*, 3/6/2001, p. 2 (com adaptações).

QUESTÃO 40

Comparando idéias e estruturas do texto LP-II com as do texto LP-III, julgue os seguintes itens.

- 1 A panacéia da Rodoviária desmente que a caminhada do ser humano pelo planeta é errática e marcada pela estupidez.
- 2 No texto LP-III, a conduta da garota que vestia jaleco pode exemplificar a afirmação de que o ser humano está “utilizando apenas 5% de sua capacidade cerebral e intuitiva” (R.5-6 do texto LP-II).
- 3 O acidente da ceguinha no topo da escada, é derivado da falta da visão.
- 4 A integração dos transeuntes com a natureza, no local descrito no texto LP-III, deixaria os insetos, conforme está explícito no texto LP-II, maravilhados.
- 5 A atitude do protagonista da crônica, texto LP-III, ratifica, ou seja, reforça a urgência de se envidarem esforços para humanizar o “bicho homem” (texto LP-II).

QUESTÃO 41

Com referência às formas empregadas para desenvolver as idéias do texto LP-III, julgue os itens seguintes.

- 1 Ao utilizar a inicial maiúscula em “Rodoviária” (R.1), o autor destaca que não está se referindo a qualquer ponto de encontro de ônibus, mas a um específico lugar, cuja caracterização aparece mais adiante no texto.
- 2 Ao empregar sinais de pontuação em “ritmos, sons, cheiros, sotaques, sexos: o céu e o inferno mancomunados” (R.1-2), o autor separa com vírgulas elementos de uma enumeração e indica com dois-pontos uma complementação de seu raciocínio.
- 3 Em “Vou sempre lá quando o tédio bate — e tudo dói” (R.2-3), há, sintaticamente, apenas duas orações, separadas por um travessão.
- 4 Na construção “tédio é abstratíssimo substantivo, invisível, inviável” (R.4), os três adjetivos podem ser considerados semanticamente equivalentes, apesar de um deles estar flexionado em grau superlativo.
- 5 Em “Saio-de-lá curado, sem dor dor-alguma, sem náusea-alguma” (R.5), o autor joga com as possibilidades expressivas da língua portuguesa, formando um verbo, um adjetivo e um substantivo compostos.

QUESTÃO 42

Sabendo que crônica é a narração comentada de um fato cotidiano, julgue as relações estabelecidas nos itens a seguir, com base nas idéias do segundo e do terceiro parágrafos do texto LP-III.

- 1 circunstância de lugar = espaço barulhento e agitado
- 2 circunstância de causa = apreciação do maracatu Piaba de Ouro
- 3 circunstância de finalidade = Salustiano, figura da cultura popular de Olinda
- 4 circunstância de tempo = uma quinta-feira, em horário de muito movimento
- 5 circunstância de consequência = uma escada-rolante que não funciona mais

QUESTÃO 43

Passagens do texto LP-III foram reescritas abaixo, buscando a correção gramatical e a manutenção da idéia original do texto. Julgue os itens que se seguem quanto à consecução desse objetivo.

- 1 Linhas de 22 a 24: A moça que, aparentemente enxergava, explicou com muita má-vontade que não sabia de nenhum mestre que estava por ali atrapalhando o trânsito.
- 2 Linhas de 25 a 27: O protagonista, irritado, só não soltou um palavrão para a cega, porque ouviu a boca dela, apontando a direção certa do batuque, a seguinte resposta à sua indagação: — Tá vindo de lá, moço...
- 3 Linhas de 30 a 33: Um rapaz apressado, tentando pegar a condução que o levava a Samambaia Norte, passou correndo ao lado da personagem perguntando que zorra era aquela que não estava deixando-lhe chegar ao ônibus no horário combinado.
- 4 Linhas de 34 a 36: No meio do burburinho, alguns bateadores de carteira oscilam entre deixar o corpo cair no ritmo e deixar a mão cair na bolsa ou no bolso alheio; porém os mais experientes conseguiram fazer as duas coisas ao mesmo tempo.
- 5 Linhas de 37 a 41: Por um minuto, a personagem, arrebatada, esqueceu a ceguinha que lhe mostrara a luz. Virou o rosto e viu-a paralisada, contrita, encostada na loja de produtos evangélicos. Fitou-lhe os olhos e constatou que, por baixo dos óculos escuros, descia uma lágrima.

Texto LP-IV – questões 44 e 45

Considere, por hipótese, que o protagonista do texto LP-III, ao chegar em casa, ainda marcado pelos acontecimentos que presenciara na Rodoviária do Plano Piloto de Brasília, resolva redigir três correspondências e encaminhá-las aos órgãos competentes do governo do DF, cada uma delas com um dos seguintes objetivos:

- A Denunciar o comportamento da jovem em cujo casaco lera alguns dizeres que a identificavam como prestadora de “Serviços de Apoio” aos cidadãos brasilienses que transitavam no local.
- B Solicitar um serviço de higiene mais efetivo no lugar, uma vez que cheiros e resíduos de alimentos e de dejetos empestavam o local público, de passagem obrigatória de cidadãos da classe econômica menos favorecida, em busca de transporte coletivo.
- C Parabenizar as autoridades pela iniciativa de proporcionar aos cidadãos, de forma gratuita, o acesso a manifestações artísticas brasileiras, de notável valor, ao gosto da cultura popular.

QUESTÃO 44

Julgue os itens a seguir, conforme sejam adequados para viabilizar o projeto do cidadão apresentado na situação hipotética do texto LP-IV.

- 1 Para cumprir o propósito A, basta um atestado encaminhado ao Setor de Seleção de Pessoal de Apoio da Rodoviária, constatando o seu protesto.
- 2 Para a execução, tanto de A quanto de B, memorando e ofício não servem aos propósitos do cidadão, mesmo que endereçados à administração pública.
- 3 O cidadão que constatou os problemas mencionados em B pode valer-se de um relatório oficial, desde que protocolado especificamente no Ministério da Saúde.
- 4 Tanto o tópico B quanto o C, por estarem relacionados à cidadania, devem ser viabilizados por intermédio de atas circunstanciadas, encaminhadas à Secretaria da Cultura do Distrito Federal.
- 5 Uma declaração, publicável em jornal, mesmo veículo em que foi publicada a crônica da cidade, é um documento satisfatório para o propósito C, pois todos os leitores tomariam conhecimento do seu ponto de vista a respeito da iniciativa.

QUESTÃO 45

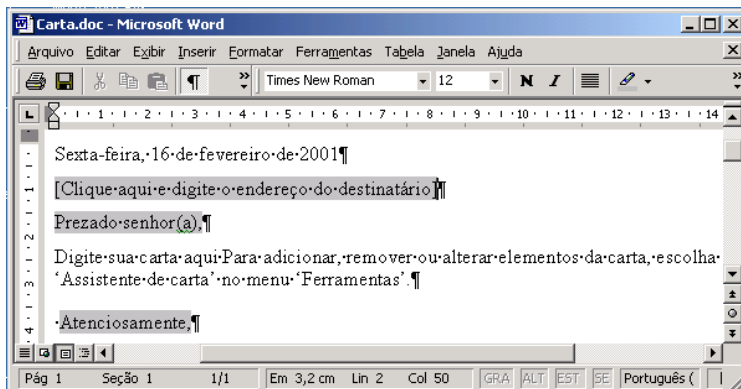
Com referência à situação hipotética do texto LP-IV, julgue a pertinência e a gramaticalidade dos itens abaixo.

- 1 **Atestado** – Atesto, para fins de tomadas de providências, que a senhora Maria das Dores dos Santos, cega de nascença, necessita de uma cadeira para posicionar-se em local adequado, na estação Rodoviária, afim de coletar propinas dos passantes, para fazer seu tratamento oftalmológico.
- 2 **Circular** – Faço saber, a quem possa interessar que a Secretaria de Higiene Pública do Distrito Federal decretou a Portaria de n.º 2001/2001 para que os responsáveis pelo comércio da Rodoviária do Plano Piloto deixem o lugar limpo, sem resíduos de qualquer ordem, após encerrarem o expediente diário.
- 3 **Declaração** – Eu Maria das Graças, declaro que são calúnias e injuriosas as acusações que estou sendo vítima, sobre o tratamento desrespeitoso e malfeito que concedi a um cidadão de nome Sergius Tiça, quando ele perguntou-me o lugar onde estava se apresentando o pagode de um nordestino chamado Salustiano.
- 4 **Relatório** – Ouvindo a zoeira, cidadãos iminentes que se encontravam no local, começaram a deslocarem-se abruptamente para as mediações, com o intuito de presenciarem o espetáculo que se estava dando início.
- 5 **Requerimento** – Eduardo Aires, brasileiro, casado, residente na QR 612, casa 21, Samambaia Norte, portador da Carteira de Identidade n.º 123456-7, SSP/DF, CPF n.º 009988776-55, venho solicitar a Vossa Senhoria providências no sentido de que, nos horários das 7 h às 9 h e entre 17 h e 19 h, sejam colocados mais ônibus em circulação, para assistir a população das cidades vizinhas ao Plano Piloto.


CONHECIMENTOS DE INFORMÁTICA

Nas questões de 46 a 50, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, e que o *mouse* está configurado para pessoas destros. Assim, a menos que seja explicitamente informado o contrário, expressões como clicar, clique simples e clique duplo referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*. Considere também que não há restrições de proteção e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios e *hardware* utilizados.

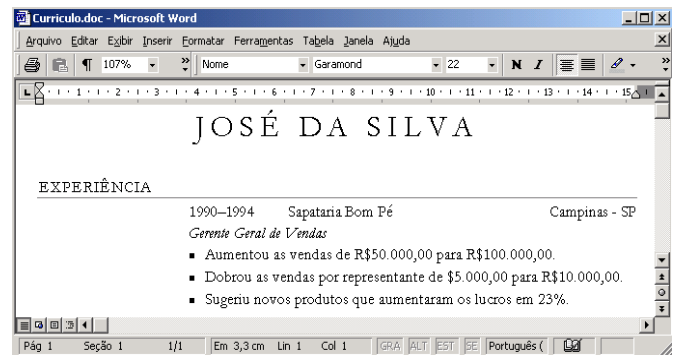
QUESTÃO 46



José da Silva está redigindo, com o auxílio do editor Word 2000, uma carta de apresentação e o seu currículo para serem enviados a diversas empresas, oferecendo os seus serviços. Os dois documentos, denominados, respectivamente, Carta.doc e Currículo.doc estão abertos no editor. A figura acima mostra uma janela do Word 2000, na qual encontra-se ativo o documento Carta.doc que está sendo editado a partir de um modelo de carta disponível nesse editor de textos. Acerca do Word 2000 e dessa figura, julgue os itens a seguir.

- 1 Para obter o modelo de carta apresentado, seria correto que José adotasse a seguinte seqüência de ações: clicar em **Arquivo**; clicar em Novo ...; na caixa de diálogo resultante dessa ação, escolher a guia Cartas e faxes; clicar no modelo de carta correspondente ao mostrado na figura; clicar no botão OK.
- 2 José poderá alternar entre a carta e o seu currículo que estão sendo editados clicando no *menu* **Janela** e, depois, clicando no documento denominado Currículo.doc.
- 3 Estando a impressora ligada e configurada de forma correta, caso José clique em , os dois documentos que estão sendo editados serão impressos.
- 4 José poderia colocar a carta de apresentação e o currículo em um único documento, sem perda da formatação de ambos, criando seções separadas para a carta e para o currículo.
- 5 Caso José deseje proteger a sua carta contra alterações de terceiros, ele poderá fazê-lo por meio da seguinte seqüência de ações: clicar em **Arquivo**; clicar em Salvar como...; na caixa de diálogo resultante dessa ação, marcar a opção Documento criptografado; clicar em OK.

QUESTÃO 47



A figura acima mostra parte do currículo que José da Silva está editando. Com relação a essa figura e ao Word 2000, julgue os itens abaixo.

- 1 Para alterar o estilo definido em **Nome**, será correto que José adote o seguinte procedimento: clicar em **Ferramentas**; escolher a opção Formatar estilo...; na caixa de diálogo resultante dessa ação, definir o novo formato; clicar em OK.
- 2 Caso deseje numerar as páginas do seu currículo, José poderá fazê-lo corretamente por meio da seguinte seqüência de ações: clicar em **Inserir**; escolher a opção Números de páginas...; definir a formatação desejada na caixa de diálogo que aparece em decorrência dessa ação; clicar em OK.
- 3 Se, em vez de marcadores, José resolvesse utilizar numeração para relacionar a sua experiência como gerente de vendas, ele teria sucesso por meio da seguinte seqüência de ações: selecionar as três linhas do texto abaixo da linha contendo “Gerente Geral de Vendas”; clicar em **Inserir**; clicar em Números.
- 4 Caso deseje imprimir duas páginas em uma única folha, será correto adotar o seguinte procedimento: clicar em **Exibir**; na caixa de diálogo resultante dessa ação, definir duas colunas; clicar em OK.
- 5 José poderia incluir com sucesso uma foto no seu currículo por meio da seguinte seqüência de ações: posicionar o cursor no local onde a foto será inserida; clicar em **Tabela**; escolher a opção Incluir figura; carregar o arquivo contendo a foto.

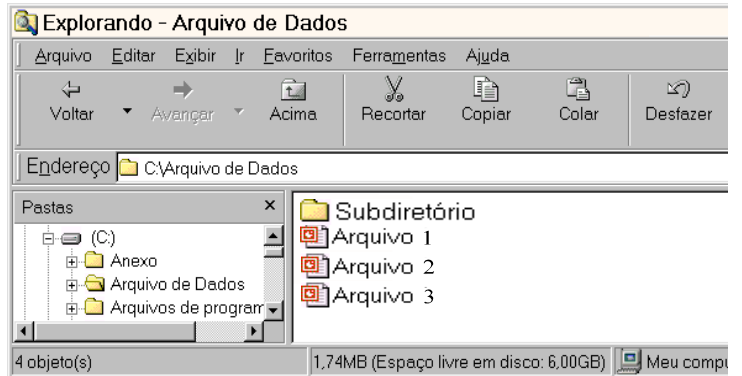
QUESTÃO 48

Controle de envio de currículo				
	Inicio		16/02/01	
Data	Dia da semana	Empresa	Custo	Custo total
16/02/01	Sexta-feira	Alfa	3,80	3,80
01/03/01	Quinta-feira	Zeta	4,60	8,40
16/04/01	Segunda-feira	Gama	5,35	13,75
23/05/01	Quarta-feira	Beta	2,95	16,70

Para o seu controle pessoal, José resolveu criar uma planilha contendo o nome das empresas, a data e o custo de envio do seu currículo. Ele está fazendo esse controle no Excel 2000, por meio da planilha mostrada na figura acima. Acerca do Excel e dessa figura, julgue os itens seguintes.

- 1 Caso José deseje visualizar a lista de empresas por ordem alfabética crescente, sem perder a correspondência com as outras informações, ele poderá fazê-lo com sucesso, selecionando as células de D5 a D8 e clicando em .
- 2 José poderá obter a quantidade de dias que se passaram desde a data em que enviou o seu currículo para a empresa Alfa e o dia atual, colocando o resultado correto na célula A9, por meio da seguinte seqüência de ações: clicar na célula A9; formatar essa célula como número; digitar =HOJE()-A5, pressionando, em seguida, a tecla << .
- 3 Para mesclar as células de B4 a B8 com as células de C4 a C8, José precisou realizar a seguinte seqüência de ações: selecionou todas as células citadas; clicou em .
- 4 Caso a planilha não contivesse a coluna **Custo total**, José poderia saber o custo total de envio de seu currículo para as cinco empresas por meio da seguinte seqüência de ações: selecionar as células de E5 a E8; clicar em . Nesse caso, o valor total apareceria na célula E9.
- 5 A data constante na célula A5 pode ter sido inserida por meio da seguinte seqüência de ações: clicar na célula A5; formatar adequadamente essa célula; digitar =C2; pressionar << .

QUESTÃO 49



Uma das ferramentas mais importantes encontradas no Windows 98 é o Windows Explorer. A figura acima ilustra parte da janela do Windows Explorer sendo executada em um determinado computador. Com base no Windows Explorer do Windows 98 e nas informações mostradas na figura acima, julgue os itens que se seguem.

- 1 O computador cujos dados são apresentados na janela acima possui capacidade de memória livre em *winchester* superior a 1.000.000.000 de *bytes*.
- 2 O diretório Arquivo de Dados contém pelo menos quatro objetos e ocupa um espaço em disco superior a 1.500 kB de memória.
- 3 É correto afirmar que o diretório Arquivo de Dados contém arquivos do tipo Word 2000.
- 4 Pelo fato de o botão estar desabilitado na figura acima, é correto afirmar que a pasta Subdiretório possui conteúdo vazio, ou seja, não contém nenhum arquivo nem subdiretórios internos.
- 5 Caso o usuário deseje enviar o arquivo Arquivo 2 para a Lixeira de seu computador, será suficiente que ele realize a seguinte seqüência de ações: clicar em Arquivo 2 e, em seguida, clicar em .

QUESTÃO 50

Acerca de conceitos relacionados à Internet, julgue os seguintes itens.

- 1 <http://www.cespe.unb.br> consiste em um URL (*uniform resource locator*) de uma página WWW (*world wide web*), podendo ter sido desenvolvida em HTML (*hypertext markup language*).
- 2 Para que o acesso à Internet seja completamente seguro, ou seja, para que o computador a partir do qual o acesso é feito esteja protegido da ação de *hackers*, da contaminação por vírus de computador e da invasão de seu sistema de uma forma geral, o usuário deverá realizar esse acesso por meio de uma rede *dial-up*.
- 3 Caso um usuário deseje enviar um *e-mail* a um destinatário por meio de *software* específico para esse fim, será necessário que o computador desse usuário esteja equipado com recursos de multimídia, principalmente das placas de som, rede e *fax/modem*.
- 4 Devido ao avanço da tecnologia de *software*, o acesso à Internet, atualmente, dispensa completamente o uso de navegadores, como, por exemplo, o Netscape Navigator e o Netscape Communicator. O acesso à Internet, hoje em dia, é realizado principalmente utilizando-se recursos WAP (*wireless application protocol*), por meio do *software* Internet Explorer.
- 5 A redução drástica do tempo necessário para se realizar o *download* de um arquivo de grandes dimensões de memória, que vem sendo verificada atualmente na WWW, deve-se à substituição dos antigos protocolos TCP/IP pelos novos protocolos de rede UDP/FTP.